

2019

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

(PERÍODO DE 01 DE JANEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019)

Centro Social Paroquial de Pinhal Novo (IPSS)

Denominação Social: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO

Sede: Largo José Maria dos Santos, 25-A
Pinhal Novo
2955-119 PINHAL NOVO

Contribuinte: 502 073 748

Constituição: 09/01/1987

Atividade Principal: Ação Social à infância e a pessoas idosas




CORPOS GERENTES

Direção

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1ª Secretária – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2ª Secretária – Paula Passarinho Reis

Tesoureira – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 2019	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	7
3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	10
4. RESPOSTAS SOCIAIS E UTENTES	12
4.1. INFÂNCIA	13
4.2. IDOSOS	19
5. ATIVIDADES	22
5.1. BOUTIQUE AMIGA	22
5.2. VOLUNTARIADO	22
5.3. CONSIGNAÇÃO IRS	23
5.4. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	23
6. ACORDOS E PARCERIAS	23
6.1. ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL	23
6.2. PROGRAMAS E PROJETOS DO IEPF	24
6.3. REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO	24
7. RECURSOS HUMANOS	25
7.1. QUADRO DE PESSOAL	25
7.2. FORMAÇÃO	26
7.3. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	27
7.4. MEDICINA DO TRABALHO	27
7.5. PATRIMÓNIO E INVESTIMENTOS	27
8. RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS DO EXERCÍCIO	28
8.1. INTRODUÇÃO	28
8.2. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
8.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	30
8.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (PREVISIONAL/REALIZADO)	34
8.5. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO	35
9. NOTA FINAL	40
BALANÇO INDIVIDUAL	42
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	43
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (RESPOSTAS SOCIAIS)	44
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2018	45
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2019	46
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	47
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	48
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A	

NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE	50
2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR.....	51
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	51
3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:	51
3.2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	58
3.3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	59
3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	59
4. FLUXOS DE CAIXA	59
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	59
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	60
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	61
8. INVENTÁRIOS	61
9. RÉDITO	62
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	62
11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	62
12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	63
13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	63
14. OUTRAS INFORMAÇÕES	63
14.1. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	63
14.2. CLIENTES/UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	64
14.3. DIFERIMENTOS	65
14.4. FUNDOS PATRIMONIAIS	65
14.5. FORNECEDORES.....	65
14.6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	66
14.7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	66
14.8. OUTROS PASSIVOS CORRENTES	66
14.9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	67
14.10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	68
14.11. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	68
14.12. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	69
14.13. RESULTADOS FINANCEIROS.....	69
14.14. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO.....	69
14.15. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 2019

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto nos Estatutos do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo, a Direção elaborou o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS de 2019**, documento este que vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

O presente documento consiste no Relatório de Atividades e Contas de 2019 tem como principal objetivo a demonstração das tarefas realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, delineada e aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

Operacional - relatando as atividades desenvolvidas no CSPPN durante o ano, dando destaque aos principais aspetos exigidos designadamente: missão, objetivos, valências, pessoal, parcerias, subsídios, donativos, projetos, entre outros; e

Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção e posteriormente ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer.

Após aprovação pelo Conselho Fiscal os documentos contabilísticos serão remetidos ao Senhor Bispo através da Curia Diocesana de Setúbal, sendo posteriormente submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo ISS.

No decorrer do ano de 2019, muito foi o trabalho invisível realizado pela Direção. para equilibrar a sustentabilidade económica e financeira da Instituição. Por outro lado, trabalhar para tentar adequar as atuais instalações do Infantário às exigências legais impostas pela nova legislação para o setor em que nos inserimos. A Instituição apresentou uma candidatura ao **Programa PARES 2.0** um projeto de ampliação do edifício do Infantário, contemplando a modernização de novas salas e equipamentos de apoio, a construção de parque infantil e uma horta pedagógica,

espaços próprios, novos, modernos, funcionais e dignos, há muito reclamado pelos pais/encarregados de educação.

As Contas de Gerência do ano 2019 tiveram como rendimentos e ganhos totais **985.663,31€** e gastos no valor de **1.009.241,35€**, tendo encerrado com um resultado líquido do período negativo de **-23.578,04€ (-62 377,83€)** em 2018.

Apesar de previstos e devidamente calculados resultados positivos no orçamento de exploração previsional do ano de 2019, no montante de **605,02€**, o realizado apresentou uma variação negativa de **-24.183,06€**, face ao orçamento de exploração previsional.

Do resultado líquido do período acima referido está incluída uma menos valia contabilística de 24.000€ correspondente à venda da Loja sita na Rua Bartolomeu Dias, em Pinhal Novo. Caso contrário, a Instituição apresentaria um resultado líquido do período positivo.

As rubricas de rendimentos e gastos encontram-se esplanadas aquando da análise mais aprofundada ao ponto referente a ***“Análise dos rendimentos, gastos e orçamento previsional”***, inseridas neste documento.

Assim, e após estas breves considerações e transmissão da nossa realidade, apresentamos, de seguida, a síntese descritiva das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2019 e das quais muito nos orgulhamos.

2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN)** foi constituído em 09 de janeiro de 1987 por iniciativa da Fábrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Setúbal.

O CSPPN foi criado para a prossecução dos seus fins próprios previstos nos seus Estatutos, sendo por isso uma entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, que, no exercício da sua atividade própria, não exerce fins ou comissões de outras entidades, sem prejuízo da sua articulação programática com outras pessoas jurídicas canónicas e da sujeição à legislação canónica universal e particular, especificamente em matéria de vigilância do Ordinário do lugar.

O Centro prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

O CSPPN, na prossecução dos seus fins, deverá orientar a sua ação sócio caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja, tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objetivos:

- a) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os paroquianos;
- c) A promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- d) A promoção de um espírito de integração comunitária de modo a que a população e os seus diversos grupos se tornem promotores da sua própria valorização;
- e) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo de trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- f) O desenvolvimento do sentido de solidariedade e da criação de estruturas de partilha de bens;
- g) A realização de um serviço da iniciativa da comunidade cristã, devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos;
- h) Um incentivo do espírito de convivência humana como fator decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;
- i) A prioridade à proteção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal os recursos humanos e materiais necessários à criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados sectores da população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;
- j) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo assim a sua finalidade sócio caritativa;
- k) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria da vida das populações;
- l) A utilidade de recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados e devidamente qualificados;
- m) O seguimento, na sua atividade, dos princípios católicos e a não-aceitação de compromissos que de alguma forma condicionem a observância destes princípios;
- n) O contributo para a solução dos problemas sociais, à luz da doutrina social da Igreja;
- o) A participação na ação social de toda a comunidade paroquial, em estreita cooperação com outras instituições e grupos de ação social e com a entreatajuda cristã de proximidade;
- p) A escolha dos seus próprios agentes (funcionários, trabalhadores, colaboradores, auxiliares) de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica das obras de caridade;
- q) A procura em evitar financiamentos ou contribuições por entidades ou instituições que prossigam fins em contraste com a doutrina da Igreja;
- r) A aceitação da coordenação do Bispo diocesano em compatibilidade com a sua autonomia jurídica de acordo com os Estatutos.

Os fins e objetivos referidos anteriormente concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Creche Familiar e Pré-Escolar, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à Juventude, facultando-lhes cursos de formação profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- d) Apoio à família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária, nomeadamente dos imigrantes;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- j) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- k) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- l) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o CSPPN poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.

Para assegurar a organização e o funcionamento destas respostas sociais compete fundamentalmente, o desempenho e colaboração dos seus corpos gerentes e de todos os trabalhadores e demais colaboradores envolvidos.

O CSPPN tem a sua sede social em Pinhal Novo, Largo José Maria dos Santos, Nº 25-A, tendo como estabelecimentos o Centro de Dia que funciona no Nº 25, a Creche e Pré-escolar no Nº 14 do Largo José Maria dos Santos, Pinhal Novo, e o CATL/CAE que funciona na Rua Infante D. Henrique, Nº 67, Loja A, em Pinhal Novo.

3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

A concretização dum conjunto de objetivos e de orientações globais e estratégicas está suportada na missão, valores e visão da Instituição que se designam da seguinte forma:

Missão - O CSPPN tem como missão fornecer à sociedade serviços que propiciem a melhoria das condições de vida e a promoção das famílias através de ações centradas na dignidade humana, nas áreas da infância, terceira idade, grupos sociais fragilizados, promovendo respostas sociais que visam o crescimento individual, baseados nos valores cristãos, ética, igualdade e solidariedade.

Valores/ Princípios:

- Respeito pelos Direitos Humanos;
- Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade sexo ou condição social;
- Respeito pela identidade pessoal e reserva na intimidade da vida privada e familiar;
- Reputação excelente;
- Serviço ao Utente em primeiro lugar.

Visão - Ser uma organização reconhecida pela qualidade de excelência da sua prestação de serviços comprometida com a melhoria da qualidade das instalações das respostas sociais de apoio à infância e terceira idade.

Política de Qualidade: - O CSPPN apoia a sua política nos princípios da Gestão da Qualidade, de forma a sustentar um modelo de gestão integrado e coerente com as estratégias definidas.

Assim, assumimos como eixos estratégicos orientadores de uma cultura organizacional ativa e criativa, os seguintes:

Orientação Utente - Fidelização dos Utentes, através da interpretação das suas necessidades e expectativas.

Liderança - Gestão pelo exemplo orientada para uma cultura de melhoria contínua, assente em comportamentos e atitudes que promovam a motivação dos Colaboradores.

Envolvimento das Pessoas - Valorização pessoal e profissional, por forma à libertação do potencial de competências das pessoas, a nível individual e em equipa, visando o seu pleno envolvimento na construção de um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz e eficiente.




Abordagem por Processos - Adoção da gestão por processos, de uma forma gradual e contínua, mas sustentada, direcionada para a melhoria integrada de todas as atividades do Centro.

Gestão como um Sistema - Práticas integradas na gestão do CSPPN e no alcançar de resultados, baseados em processos e procedimentos, envolvendo todos os níveis organizacionais.

Melhoria Contínua - Fazer mais, melhor para a resolução dos problemas conjunturais e estruturais e, conseqüentemente para aumentar a competitividade do CSPPN.

Decisões baseadas em factos - Decisões referentes a operações correntes e às melhorias planeadas, tomadas com base em informação fidedigna.

Parcerias com Fornecedores - Relações de benefícios mútuos com Fornecedores, assentes na confiança, na partilha dos conhecimentos e na integridade.

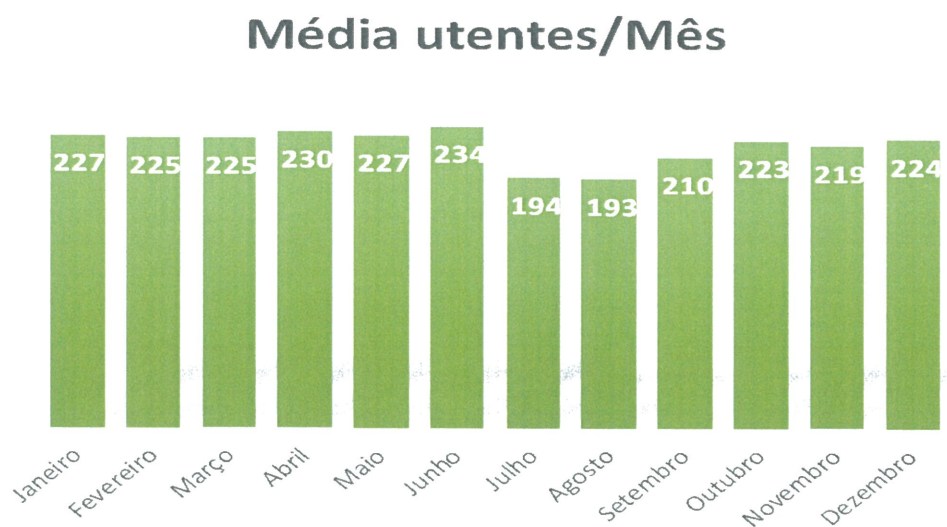
4. RESPOSTAS SOCIAIS E UTENTES

Durante o período findo em 2019 as respostas sociais que estavam em funcionamento eram as seguintes:

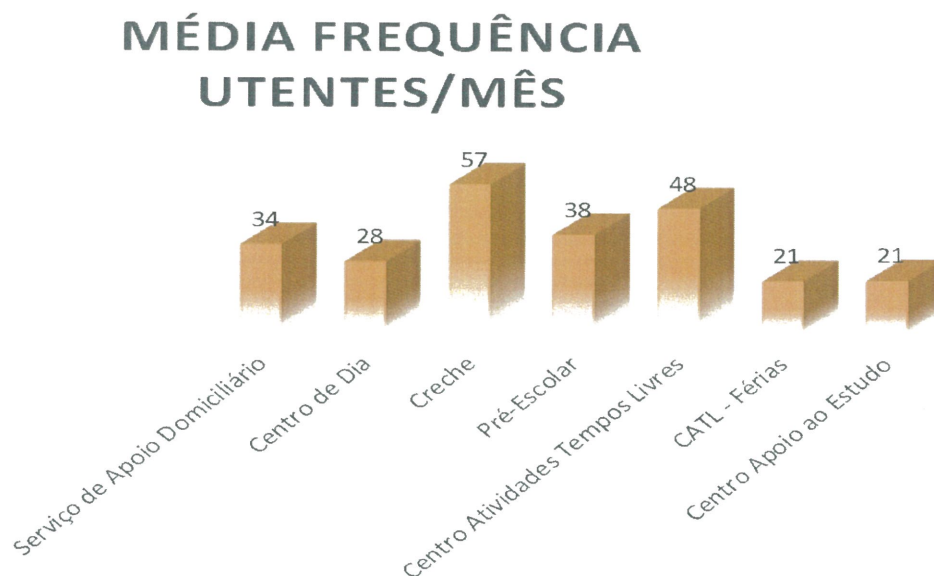
Na área da infância e juventude:

- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Atividades Livres (CATL);
- Centro de Atividades Livres (Férias);
- Centro de Apoio ao Estudo.

O número médio de Utentes foi de 219 (243 em 2018), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



A frequência média de Utentes em cada uma das respostas social foi conforme gráfico abaixo:



4.1. INFÂNCIA

4.1.1. CRECHE

A resposta social de **CRECHE** desenvolvida no edifício próprio da Instituição pretende oferecer aos seus Utentes, um contexto humanizado, personalizado e que tenha em conta as efetivas necessidades específicas de cada situação, tendo sempre como horizonte que os Utentes são o centro de toda a atuação e que o meio familiar e social de um indivíduo é parte integrante das suas vivências.

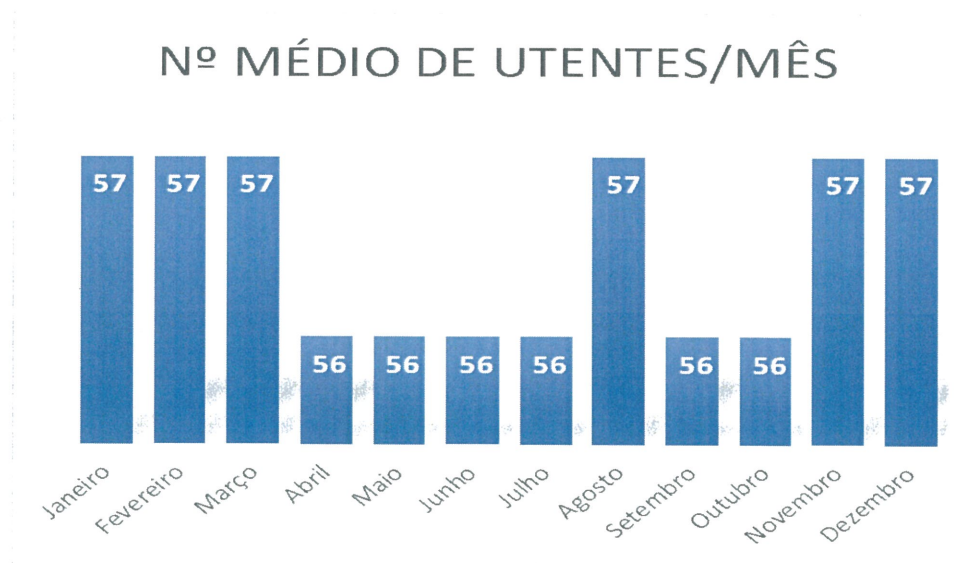
A resposta social de **CRECHE** possui no seu regulamento interno definidos os seguintes objetivos:

- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva durante o afastamento parcial do seu meio familiar;
- Promover a creche (sala e a equipa de trabalho) como um parceiro privilegiado dos pais, na continuidade dos cuidados básicos e afetivos;
- Favorecer a individualização da criança respeitando os seus tempos, os seus ritmos e as suas preferências pessoais, potenciando o desenvolvimento psicoafetivo de cada uma;

- d) Criar momentos para que se crie uma relação de amizade e afetividade com a criança, a fim de as mesmas se sentirem seguras, amadas e num ambiente estável e harmonioso que contribua para um bom desenvolvimento das mesmas;
- e) Proporcionar à criança um contacto com o meio que a rodeia, para que se inicie o processo de socialização;
- f) Promover a nossa creche como um espaço que fique “**registrado**” como positivo e construtivo na formação de cada criança.

4.1.2. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Creche tem acordo de cooperação para 57 Utentes. O número médio de Utentes no período findo em 31/12/2019 foi de 57 (55 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



4.1.3. PRÉ-ESCOLAR

A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar nº5/97, promulgada pela Assembleia da república, em 10 de fevereiro de 1997, emana os objetivos, ainda hoje bem atuais, pelos quais se deve reger todo o trabalho de educação com uma criança em ambiente em idade pré-escolar.

O CSPPN assumindo-se como uma organização de referência na sua área da intervenção, assume os objetivos da Lei-quadro para a promoção de mais e melhor educação.

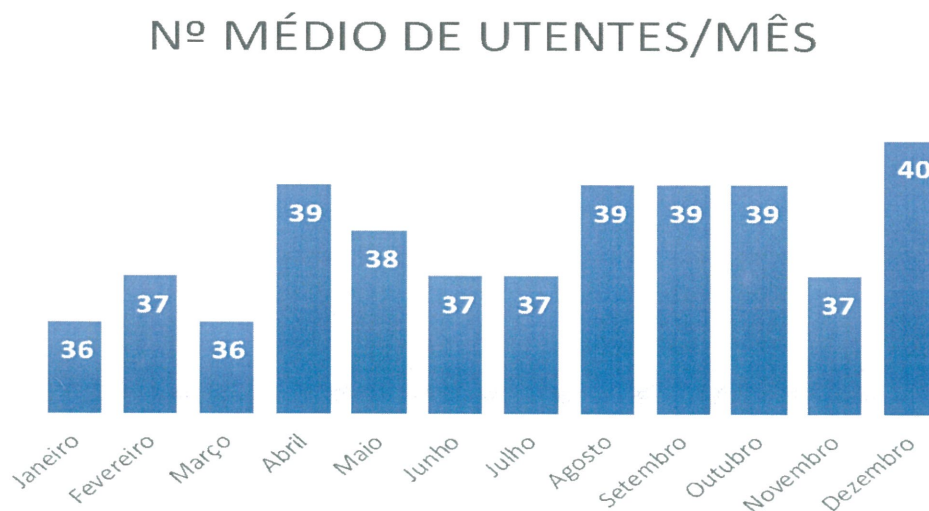
São objetivos da educação pré-escolar:

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;

- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e) Desenvolver pedagogicamente a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações e efetiva colaboração com a comunidade”.

4.1.4. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Pré-Escolar tem acordo de cooperação para 40 Utentes. O número médio de Utentes no período findo em 31/12/2019 foi de 38 (37 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



4.1.5. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL)

O CATL procura ser um espaço/tempo entre a Escola e a Família. A sua intervenção educativa visa favorecer e privilegiar um ambiente acolhedor, estimulante e desafiador; promovendo e desenvolvendo estratégias e atividades adequadas às idades e características de cada criança, tendo sempre como referência a identidade social, afetiva e cultural de cada uma delas.

Um dos objetivos primordiais desta resposta social é enriquecer os momentos extracurriculares de cada indivíduo, com vista a aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades de forma criativa.

A caracterização do CATL é constituída por crianças compreendidas entre os 5 e 13 anos pertencentes ao pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico. São maioritariamente, residentes na área geográfica na qual a resposta social se insere. Grande parte das crianças que estão inscritas no presente ano letivo, já frequentava a resposta social no ano anterior.

As crianças que integram pela primeira vez esta resposta, pertencem essencialmente ao pré-escolar, ao 1º ano do ensino básico, encontrando-se, ainda na fase marcada pelo conhecimento e descoberta.

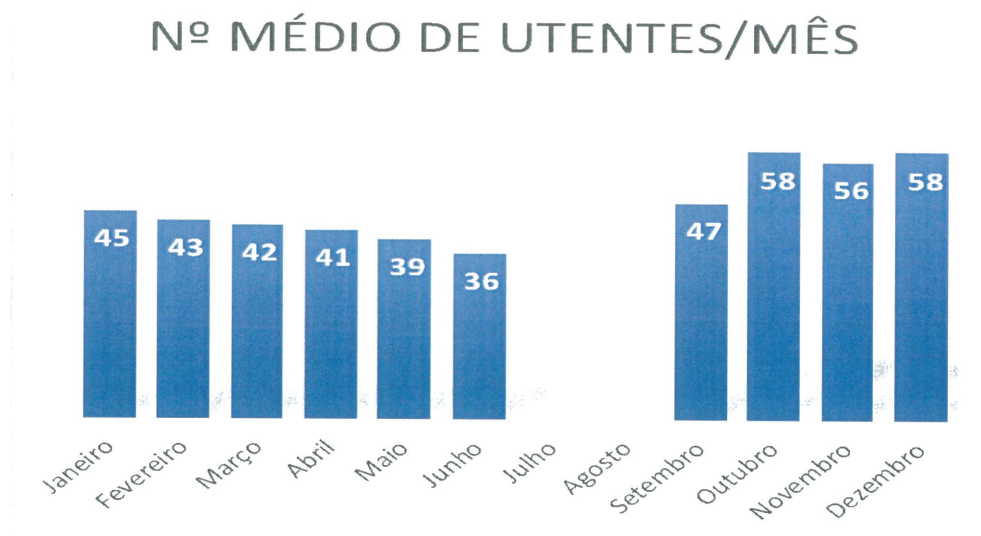
Em termos de funcionamento o CATL segue o Plano de Atividades no qual é dado enfoque à celebração de datas festivas, realização de atividades de expressão plástica, física e motora, conhecimento do meio local, ateliers específicos e outros. Durante o período letivo é ainda prestado o apoio à realização dos trabalhos de casa

O CATL possui um acordo de cooperação com a Segurança Social para 40 crianças, embora não exista atualmente comparticipação financeira.

Durante o período letivo esta resposta funciona durante o período letivo e não letivo, das 07,00h às 20,00h.

4.1.5.1. FREQUÊNCIAS

O número médio de Utentes no período findo em 31/12/2019 foi de 48 (59 em 2018), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



De referir que esta resposta social não funciona entre junho e agosto, sendo estes meses ocupados pelo ATL Verão.

Da análise ao nº de frequências verifica-se um decréscimo de 11 Utentes. Esta diminuição está relacionada com a abertura de ATLs em escolas públicas dirigidas pelas Associações de Pais, vindo de alguma forma a concorrer com a nossa Instituição.

4.1.6. CATL FÉRIAS

O **CATL FÉRIAS** é a nossa proposta de férias, funcionando nas pausas letivas e tem como objetivo proporcionar um ambiente saudável e enriquecedor a todas as crianças e jovens que frequentem o nosso espaço, promovendo uma ocupação saudável e lúdica neste período de férias.

Nestas pausas acolhemos crianças e jovens dos 6 aos 16 anos proporcionando programas semanais com atividades lúdicas no natal, carnaval e páscoa bem como no verão; as atividades variadas como desportos de aventura, jogos ao ar livre, cinema, peddy-papper, ateliers de música e dança, piscina, praia, ações de cidadania e solidariedade que ocupam as crianças/jovens de forma construtiva.

4.1.6.1. FREQUÊNCIAS

Sendo uma atividade sazonal que decorre durante o mês de junho a agosto, o número médio de Utentes durante esse período foi de 21 (43 em 2018). O decréscimo de Utentes está relacionado com o ATL férias organizadas pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo, bem assim como de outras entidades privadas que abriram esta resposta na freguesia de Pinhal Novo e praticam valores muito inferiores para nos fazerem concorrência.

4.1.7. CENTRO DE APOIO AO ESTUDO

O Centro de Apoio ao Estudo denominado “**Sempre a Somar**” surge na sequência do interesse manifestado por encarregados de educação e educadores, e de um modo geral, dar resposta às necessidades da comunidade onde o CSPPN se encontra inserido.

O Centro de Apoio ao Estudo tem como principal objetivo acompanhar fora do horário letivo, os alunos do 1º, 2º, 3º ciclo e secundário no seu percurso escolar para fazer face às dificuldades apresentadas e estimular capacidades, tendo em vista promover o sucesso escolar e criar no aluno uma base sólida de confiança e segurança nas suas competências.

São objetivos gerais do Centro de Apoio ao Estudo:

- Promover o gosto pelo estudo e pelo conhecimento;
- Apoiar os alunos na realização dos trabalhos de casa;
- Planificar, preparar e acompanhar, (com o aluno) o estudo para a realização das fichas de avaliação;
- Desenvolver autonomia de estudos;
- Promover um ambiente motivador;
- Utilização de TIC e materiais didáticos do Centro de Apoio;
- Propiciar um ambiente privilegiado de formação cívica;
- Contribuir para o estímulo do desenvolvimento pleno das crianças e jovens.

O período de atividade diária decorre entre as 8.00 e as 20.00 horas de segunda a sexta-feira durante todo o ano.

Nos períodos de julho e agosto encontra-se encerrado, funcionando nestes períodos o ATL-Férias.

4.1.7.1. FREQUÊNCIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2019 a média de alunos a frequentar esta resposta foi de 21 (34 em 2018). Este decréscimo está justificado acima para a resposta de CATL e ATL-Férias.

4.2. IDOSOS

4.2.1. CENTRO DE DIA

A resposta social **Centro de Dia** desenvolvida no edifício-sede pretende oferecer aos seus Utentes, um conjunto de serviços que contribuam para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento. Os Utentes têm ainda a possibilidade de estabelecer novos relacionamentos e elos de ligação com o exterior.

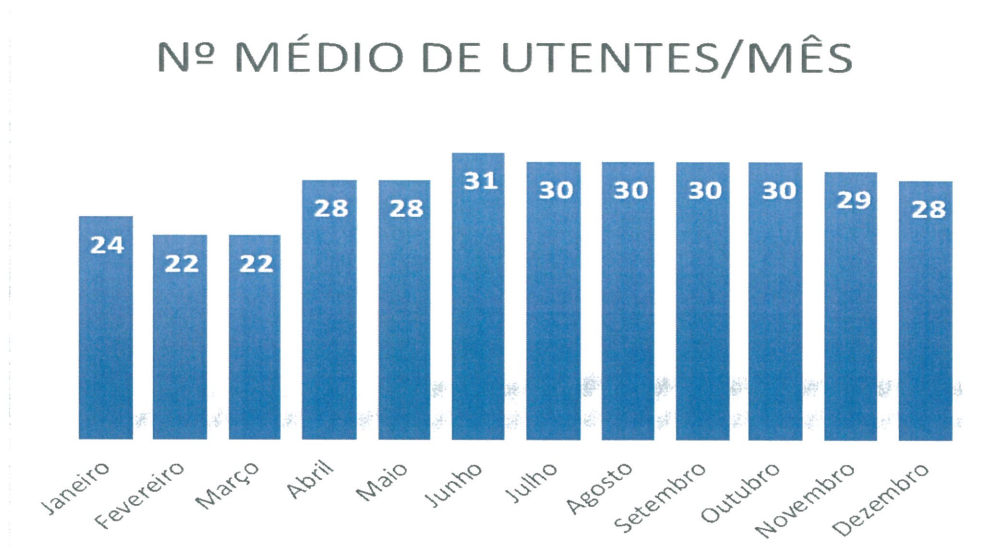
Proporcionar uma alimentação cuidada, prestar serviços de higiene e conforto e desenvolver atividades que fomentem o convívio entre eles.

Os objetivos da Instituição passam por:

- a) Prestação de serviços de modo a assegurar a satisfação das necessidades básicas do Utente, proporcionando-lhe todos os serviços indispensáveis para o seu bem-estar, de forma a promover a sua adaptação e integração no meio ambiente envolvente;
- b) Garantir uma diversidade de atividades recreativas de acordo com as características e necessidades de cada um dos Utentes;
- c) Estimular a participação do idoso;
- d) Manter o estado bio-psico-social do idoso;
- e) Manter a autoestima;
- f) Promover a autonomia do idoso;
- g) Fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- h) Melhorar a qualidade de vida do idoso e da sua família.

4.2.1.1. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Centro de Dia tem acordo de cooperação para 30 Utentes. O número médio de Utentes no período findo em 31/12/2019 foi de 28 (27 em 2018), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



4.2.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, como resposta social de apoio à terceira idade, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias, quando por motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Os objetivos da Instituição passam por:

- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos Utentes e das suas famílias;
- Evitar o isolamento do Utente, procurando promover a relação inter-familiar e o convívio social;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Assegurar aos Utentes e famílias a satisfação básica das suas necessidades;
- Dar oportunidade aos Utentes de continuarem inseridos no seu meio habitual de vida, rodeados dos seus afetos e pertences, com possibilidade de novos relacionamentos facultados pelos colaboradores;
- Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos Utentes e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;

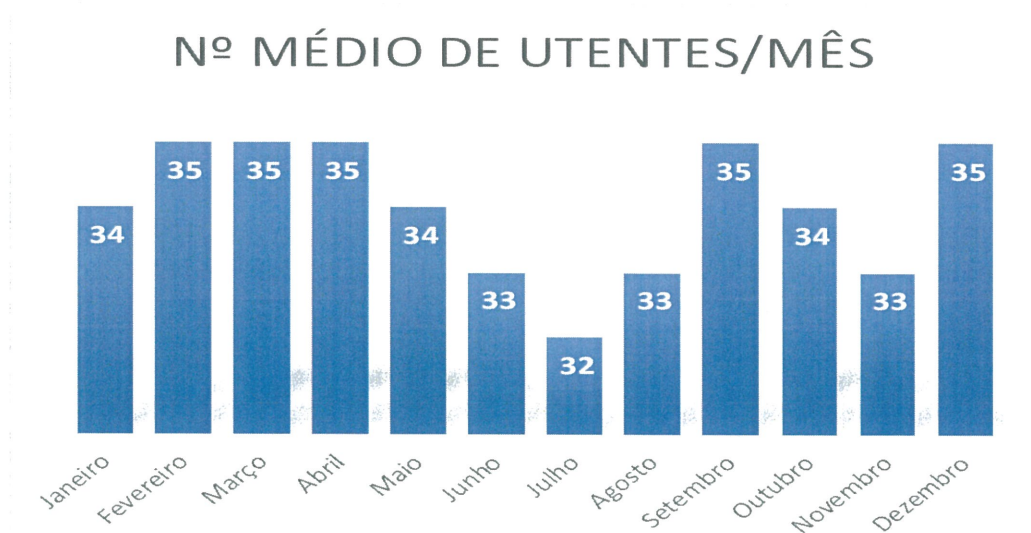
- g) Colaborar na prestação de cuidados de saúde e no acesso à prestação de cuidados de saúde, sempre que a situação o justifique;
- h) Promover a autonomia e qualidade de vida.

A prestação de serviços do **(SAD)** é composto por um conjunto de serviços, nomeadamente:

- ⇒ Confeção, transporte e distribuição de refeições;
- ⇒ Prestação de cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ⇒ Tratamento de roupas;
- ⇒ Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- ⇒ Ajudas técnicas.

4.2.2.1. FREQUÊNCIAS

No ano de 2019, mantiveram-se em vigor os acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social (ISS) para a resposta social de Apoio Domiciliário, com dotação 35 utentes. O número médio de utentes no período findo em 31/12/2019 foi de 34 (34 em 2018), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



5. ATIVIDADES

5.1. BOUTIQUE AMIGA

Tendo em conta as dificuldades económicas das famílias acompanhadas, foram apoiadas regularmente através do Programa “**Boutique Amiga**” famílias com entrega de peças de vestuário, artigos de higiene, entre outros.

Igualmente foram promovidas através da “**Boutique Amiga**”, diversas iniciativas solidárias, cujo objetivo foi facilitar o acesso da população a bens básicos, nomeadamente, equipamento escolar.

Das diversas iniciativas, destaca-se:

- ✓ Dia da Criança com a oferta de brinquedos e um lanche às crianças;
- ✓ Abertura do ano letivo com a entrega de kits contendo material escolar, a crianças que frequentam as escolas da Freguesia de Pinhal Novo;
- ✓ Entrega no Natal de brinquedos e lanche às crianças.

As iniciativas tiveram o apoio de diversas empresas do Concelho de Palmela, cujos seus colaboradores participaram de uma forma inabalável e indelével em tão grande ato de solidariedade.

Há a destacar a forma como todos os voluntários se empenharam em levar os projetos avante, cujos destinatários foram as crianças de famílias mais carenciadas economicamente, da qual o CSPPN deixa aqui uma palavra de gratidão a todos pela forma como decorreram os referidos projetos.

5.2. VOLUNTARIADO

Os voluntários são pessoas que prestam serviço na Instituição, dando um pouco de si sem esperar nada em troca. Embora não sendo profissionais, estes elementos são extremamente importantes porque trazem dinamismo e novidades aos Utentes duma instituição, permitem preencher algumas lacunas a nível de pessoal que sempre existem, mas principalmente porque têm um carinho e cuidados especiais com todos os que necessitam.

A Instituição difundiu, promoveu e dinamizou o conceito de «**voluntariado**».

5.3. CONSIGNAÇÃO IRS

Continuamos com a campanha de apoio à consignação de 0,5% do IRS de todos aqueles que queiram colaborar com a instituição. A totalidade dos impostos que pagamos destinam-se a financiar as despesas públicas do Estado sem nós decidirmos diretamente onde são aplicados. A única exceção existente é a possibilidade de destinar 0,5% do nosso IRS a uma determinada Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de acordo com a regulamentação da Lei nº 16/2001, de 22 de junho. Esta consignação fiscal, não representa qualquer custo adicional para o contribuinte.

Em 2019, referente ao IRS de 2018 foi consignado e recebido o montante de 2.422,37€, que muito agradecemos aos contribuintes doadores por terem escolhido a nossa Instituição.

5.4. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

A Instituição não tem ainda a certificação de qualidade. No entanto o processo encontra-se numa fase muito adiantada. Contávamos no final de 2019 concluir o processo para posterior pedido de auditoria para a certificação em conformidade com os manuais do ISS. No entanto, por razões de ordem administrativa não foi possível atingir o objetivo. Todavia, foi já possível colocar em prática todos os procedimentos aprovados pela Direção. Prevemos a conclusão do manual até ao final do exercício de 2020.

6. ACORDOS E PARCERIAS

6.1. ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

A celebração de acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, pressupõe uma partilha de objetivos e interesses comuns e de repartidas obrigações e responsabilidades.

Estes acordos de cooperação (comparticipações) são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da Instituição, como tal, o CSPPN cumpriu na íntegra os mesmos.

Teve, no decorrer do ano em análise, quatro acordos celebrados, a saber: Creche (acordo para 57 crianças), Pré-Escolar (acordo para 40 crianças), Centro de Dia (acordo para 30 idosos), e Serviço de Apoio Domiciliário (acordo para 35 idosos).

Mensalmente, consoante o mapa de frequência enviado no mês anterior, a Instituição recebeu atempadamente as participações financeiras protocoladas.

6.2. PROGRAMAS E PROJETOS DO IEFP

O recurso a programas do IEFP tem merecido por parte da Instituição uma atenção especial, por um lado, pelas necessidades pontuais da Instituição e, por outro lado, possibilitar às pessoas desempregadas a reintegração no mercado de trabalho.

No decorrer do ano de 2019 apresentámos várias candidaturas ao IEFP no âmbito de vários programas disponíveis.

6.3. REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO

O CSPPN manteve a dinâmica de trabalho em rede e de cooperação, numa dinâmica de partilha e de aprendizagem.

A formação de parcerias assume nos dias de hoje uma enorme relevância no trabalho social e consequentemente adquire um papel de destaque na intervenção das Instituições e entidades que cooperam no mesmo sentido, permitindo que se definam respostas mais eficazes e adequadas na resolução dos problemas.

Ao longo do ano, a Instituição manteve e reforçou esta dinâmica através da participação e envolvimento na Rede Social do Concelho de Palmela (CLASP). Com a concretização e partilhas de projetos e atividades, quer ao nível local, quer ao nível concelhio, destacamos os parceiros mais relevantes:

Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Palmela; Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Centro de Saúde Pinhal Novo e Palmela; Equipa do Rendimento Social de Inserção; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela; Banco Alimentar, Entreaajuda, Guarda Nacional Republicana de Pinhal Novo; Escola Secundária de Pinhal Novo, IPSSs e Associações do Concelho.

O reforço da articulação próxima com os serviços de saúde, emprego e segurança social, permite responder a situações identificadas e sinalizadas pelas diferentes entidades.

Este conjunto de parcerias tem ainda proporcionado a realização de um alargado conjunto de estágios.



7. RECURSOS HUMANOS

7.1. QUADRO DE PESSOAL

Para assegurar a boa organização e funcionamento da instituição, bem como para cumprimento de forma exequível da nossa missão e objetivos na prestação de serviços aos nossos Utentes, é necessário manter um quadro mínimo de colaboradores internos e externos para as diversas áreas/serviços.

Ao longo do ano, várias foram as dificuldades que se verificaram a nível operacional, mais propriamente na questão dos recursos humanos, umas vezes devido à própria necessidade funcional interna, designadamente por baixas médicas e outras, foi necessário recorrer, algumas vezes, à contratação de novos colaboradores. Para cumprimento de forma exequível da nossa missão e objetivos, e atendendo à situação financeira na qual a Instituição se encontra, o reforço da equipa de colaboradoras foi feita recorrendo a trabalhadoras em regime sazonal. Deu-se preferência à contratação a termo certo (curto prazo), programa de estágios profissionais e contratos de emprego inserção e emprego inserção+. Assim, atendendo a todos estes fatores, ao longo do ano trabalharam, em média, na Instituição, 43 colaboradores.

O quadro de pessoal interno em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 era composto da seguinte forma:

Categoria Profissional	Nº de Postos de Trabalho	
	2019	2018
Director Técnico	1	1
Técnica Superior de Animação Social	1	1
Professor do Ensino Básico	2	3
Psicóloga	1	1
Educadoras	5	5
Escriturários	1	1
Caixa	1	1
Ajudantes de Acção Educativa	11	10
Cozinheiras	2	3
Ajudante de Cozinha	1	1
Lavadeira	1	1
Ajudante de Acção Directa	11	11
Motorista	1	1
Trabalhadora Auxiliar - Serviços Gerais	4	3
Total	43	43

Do quadro de efetivos da Instituição, em 2019 encontravam-se com baixa médica prolongada 8 trabalhadoras, tendo sido contratadas número idêntico de trabalhadoras com contrato de trabalho a prazo para a sua substituição.

7.2. FORMAÇÃO

O CSPPN valoriza a qualificação e o desenvolvimento de competências dos seus colaboradores como veículo para a qualificação dos serviços prestados, através de um melhor desempenho.

São incentivadas a participação em ações de formação e a frequência académicas para aumento de escolaridade ou especialização de nível superior.

Com base no diagnóstico de necessidades de formação realizado a par da Avaliação de Desempenho, foram identificadas áreas de desenvolvimento de competências dos profissionais. Ao longo do ano os colaboradores frequentaram diversas formações, proporcionadas pela Instituição, no total de 15 ações de formação, contemplando 49 formandos, num total de 197,5h, conforme mapa abaixo:

Designação Ação	Destinatários	Data Prevista	Duração (Horas)	Formador	Nº de Formandos
Formação para Implementação do Projeto PíEE-IPSS	Quadros técnicos	15-01-2019	7	ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida	2
Cuidados à Pessoa Idosa com Diabetes	Ajudantes de Ação Direta	21-02-2019	4	APDP Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal	2
Formação de Boccia Sénior	Todos os colaboradores	26-02-2019	3	APCAS - Associação de Paralisia Cerebral de Almada/Seixal	2
Boas Práticas de Higiene e Segurança Alimentar	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	14-03-2019	2,5	ITAU	4
Plano de HACCP	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	14-03-2019	2,5	ITAU	5
Regime Jurídico das IPSS	Diretora de Serviços	30-03-2019	3	Entrajuda	1
Formação Monitores Amigos do Sol	Educadores, Professores e AAE	22-05-2019	4	Liga Portuguesa contra o Cancro	1
Sistemas de Gestão de Respostas Sociais	Diretora de Serviços e Educadores	26-06-2019	2	EAPN - Rede Portuguesa Anti Pobreza	2
Sistemas Gestão de Qualidade e Regime Geral de Proteção de Dados	Diretora de Serviços, Educadores, AAE e AAD	17-09-2019	2	Dra. Alexandra Simões	10
Sistemas Gestão de Qualidade e Regime Geral de Proteção de Dados	Educadores e AAE	19-09-2019	2	Dra. Alexandra Simões	5
Gestão Estratégica de Recursos Humanos	Caixa	19-09-2019	6	UDIPSS	1
Atitude e Comportamento Perante o Idoso	Ajudantes de Ação Direta	15, 17, 22, 24 e 29/10/2019	7,5	Psicóloga (Neuza Carolino)	8
Legislação Laboral e Abordagem ao Código Contributivo	Diretora de Serviços, Caixa	5, 6 e 7/11/2019	9	Entrajuda	2
Higiene e Segurança Alimentar	Diretora de Serviços e Cozinheira	03-12-2019	7	Entrajuda	2
Cuidados à Pessoa Idosa com Diabetes	Ajudantes de Ação Direta	12-12-2019	4	APDP Associação protetora dos Diabéticos de Portugal	2
Total			65,5		49

7.3. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

No sentido de cumprir a legislação laboral está designado um colaborador para a Coordenação da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho, donde demos continuidade ao procedimento de Higiene e Segurança no Trabalho em parceria com a **K-MED XXI**, tendo sido realizadas visitas de acompanhamento às nossas instalações, dos quais resultam relatório de aconselhamento técnico sobre situações e métodos que devemos alterar, bem como com as novas legislações em vigor.

7.4. MEDICINA DO TRABALHO

Demos continuidade ao procedimento de medicina do trabalho aos colaboradores da Instituição, através do contrato existente com a empresa prestadora de serviços **K-MED XXI**, pois constitui uma área de intervenção prioritária no local de trabalho atendendo a que, a saúde e bem-estar dos trabalhadores é fundamental para a qualidade das suas prestações e para o desempenho das suas atividades.

Funciona como prevenção primária dos riscos atendendo a que, os profissionais estão expostos a múltiplos fatores que devem ser prevenidos por medidas da Medicina do Trabalho e Segurança no Trabalho.

Nas visitas de medicina do trabalho avaliam-se as condições gerais de trabalho, higiene e funções desempenhadas, assim como os riscos associados. As visitas médicas são uma oportunidade para o esclarecimento de questões que os trabalhadores pretendam colocar.

7.5. PATRIMÓNIO E INVESTIMENTOS

No exercício de 2019 procedemos a diversos investimentos, sendo os mais significativos os seguintes:

- Aquisição de um imóvel (Loja), sita na Rua Infante D. Henrique, Nº 67, Loja A, em Pinhal Novo, destinado ao funcionamento do CATL e Centro de Apoio ao Estudo. O valor do imóvel adquirido foi de 60.000€. Procederam-se a obras no imóvel de forma a adaptá-lo à legislação para o funcionamento de CATL, tendo o ISS aprovado o funcionamento para um total de 40 crianças. O montante das obras foi de 6 798,21€.
- Aquisição de um computador para os serviços administrativos no montante de 1.699€.

A nível de desinvestimentos, procedemos à venda pelo valor de 51.000€, de um imóvel sito na Rua Bartolomeu Dias, Lote 29 (Loja), em Pinhal Novo, adquirido em 01/04/2003 pelo montante de 107.240,55€, onde funcionava o CATL.

A venda deveu-se ao facto de a área ser reduzida para o funcionamento do CATL e Centro de Apoio ao Estudo, optando-se pela aquisição do imóvel acima referido por ter uma área maior para acomodar estas duas respostas.

8. RELATÓRIO DE GESTÃO | CONTAS DO EXERCÍCIO

8.1. INTRODUÇÃO

A gestão da Instituição orienta-se pela necessidade de adotar mecanismos de controlo e de rigor orçamental, traduzidos na capacidade de gerar receitas para cada resposta social ou iniciativa, favorecendo desta forma o equilíbrio na execução orçamental, visando através destes mecanismos, a autossustentabilidade da Instituição.

A análise aos resultados financeiros relativos ao ano de 2019 centra-se a dois níveis fundamentais. O primeiro visa dar conta dos desvios face ao orçamento previsional projetado para o ano e analisar os desvios comparados; o segundo analisar a posição económica e financeira da Instituição.

Os resultados do exercício do ano transato demonstram as preocupações que, anualmente reiteramos e que de uma forma simples e objetiva todos os interessados deste documento podem analisar e confirmar.

Em 2019, a Instituição apresentou um resultado líquido negativo de Euros: -23.578,04€ considerando que, com a adoção do SNC-ESNL as informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe nas Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos.

8.2. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

As informações, contidas em mapas como o balanço, as demonstrações de resultados, juntamente com informação contida nas notas explicativas, ajudam a perceber as demonstrações financeiras e a prever os futuros fluxos de caixa da entidade, a sua tempestividade e grau de incerteza.

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- A situação económica e a capacidade de gerar excedentes;

Para tal, a preparação exige várias categorias de demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Balancetes

Adotam-se como características qualitativas da informação:

- A relevância;
- A fiabilidade;
- A comparabilidade.

A relevância tem a ver com a capacidade da informação em influenciar as decisões dos seus utilizadores, ajudando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas. A objetividade e rapidez da informação constituem os elementos fundamentais para a sua relevância.

A fiabilidade consiste na característica que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios. Assim, deve ser capaz de evidenciar de forma apropriada a realidade que tem por finalidade representar ou se espera que represente. Para que a informação seja fiável, os factos devem ser registados de acordo com a sua substância e realidade económica e financeira e não apenas com base na sua forma legal ou documental.

A comparabilidade deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas.

Por fim, tendo em consideração os elementos anteriores, as contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados.

De seguida apresentamos uma análise mais detalhada aos resultados relativos ao ano 2019.

8.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

8.3.1. GASTOS

Em termos globais, para o orçamento de gastos foi projetado o montante de 974.494,98€, tendo sido realizado um gasto de 1.009.241,35€, mais 34.746,37€ que o previsto e que corresponde a um desvio percentual de +-3,4%.

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas de gastos e os respetivos desvios entre os valores previstos e os valores realizados, bem como o comparativo entre o realizado de 2018 e 2019.

Conta SNC	Descrição	2018	2019	Variação 2019/2018	Orçamento	Desvio face ao orçamento
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 112,28	4 625,89	1 513,61	4 500,00	125,89
62	Fornecimentos e serviços externos	286 228,51	278 591,00	(7 637,51)	267 600,00	10 991,00
63	Gastos com o pessoal	689 696,26	674 707,13	(14 989,13)	673 920,00	787,13
64	Gastos de depreciação e de amortização	25 349,45	22 635,08	(2 714,37)	24 474,98	(1 839,90)
68	Outros gastos e perdas	6 586,58	27 873,20	21 286,62	3 000,00	24 873,20
69	Gastos e perdas de financiamento	1 467,28	809,05	(658,23)	1 000,00	(190,95)
Total		1 012 440,36	1 009 241,35	(3 199,01)	974 494,98	34 746,37

A decomposição da rubrica de “Gastos” entre os valores orçamentados e os valores realizados em 2019 apresenta o seguinte detalhe:

Conta SNC	Descrição	2018	2019	Variação 2019/2018	Orçamento	Desvio face ao orçamento
6	GASTOS	1 012 440,36	1 009 241,35	(3 199,01)	974 494,98	34 746,37
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 112,28	4 625,89	1 513,61	4 500,00	125,89
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 112,28	4 625,89	1 513,61	4 500,00	125,89
62	Fornecimentos e serviços externos	286 228,51	278 591,00	(7 637,51)	267 600,00	10 991,00
621	Subcontratos	115 109,37	106 037,14	(9 072,23)	105 000,00	1 037,14
622	Serviços especializados	45 490,72	45 474,71	(16,01)	43 100,00	2 374,71
6221	Trabalhos especializados	11 282,67	9 256,13	(2 026,54)	10 000,00	(743,87)
6222	Publicidade e propaganda	184,86	-	(184,86)	500,00	(500,00)
6223	Vigilância e segurança	2 226,44	2 092,47	(133,97)	2 100,00	(7,53)
6224	Honorários	4 712,95	8 706,30	3 993,35	9 000,00	(293,70)
6225	Comissões	24,50	-	-	-	-
6226	Conservação e reparação	27 059,30	25 021,37	(2 037,93)	21 000,00	4 021,37
6228	Outros	-	398,44	398,44	500,00	(101,56)
623	Materiais	2 974,00	4 809,97	1 835,97	5 100,00	(290,03)
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	375,39	854,96	479,57	1 500,00	(645,04)
6232	Livros e documentação técnica	-	5,00	5,00	100,00	(95,00)
6233	Material de escritório	1 033,06	1 681,47	648,41	1 500,00	181,47
6234	Artigos para oferta	158,82	-	(158,82)	-	-
6238	Outros	1 406,73	2 268,54	861,81	2 000,00	268,54
624	Energia e fluidos	46 850,32	42 990,18	(3 860,14)	42 700,00	290,18
6241	Electricidade	28 703,09	25 450,52	(3 252,57)	25 000,00	450,52
6242	Combustíveis	13 522,29	12 563,31	(958,98)	13 000,00	(436,69)
6243	Água	4 606,59	4 975,16	368,57	4 500,00	475,16
6248	Outros	18,35	1,19	(17,16)	200,00	(198,81)
625	Deslocações, estadas e transportes	637,90	778,11	140,21	500,00	278,11
6251	Deslocações e estadas	510,00	202,81	(307,19)	300,00	(97,19)
6252	Transportes de pessoal	127,90	575,30	447,40	200,00	375,30
626	Serviços diversos	75 166,20	78 500,89	3 334,69	71 200,00	7 300,89
6261	Rendas e alugueres	4 939,92	6 839,92	1 900,00	6 500,00	339,92
6262	Comunicação	8 145,32	8 518,50	373,18	8 000,00	518,50
6263	Seguros	8 998,48	5 325,11	(3 673,37)	5 200,00	125,11
6265	Contencioso e notariado	123,00	834,48	711,48	500,00	334,48
6267	Limpeza, higiene e conforto	29 029,41	28 200,83	(828,58)	26 000,00	2 200,83
6268	Outros serviços	23 930,07	28 782,05	4 851,98	25 000,00	3 782,05
63	Gastos com o pessoal	689 696,26	674 707,13	(14 989,13)	673 920,00	787,13
632	Remunerações do pessoal	550 664,44	548 689,02	(1 975,42)	540 000,00	8 689,02
634	Indemnizações	4 649,76	736,05	(3 913,71)	-	736,05
635	Encargos sobre remunerações	112 860,33	110 432,91	(2 427,42)	120 420,00	(9 987,09)
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	4 278,11	3 749,32	(528,79)	3 500,00	249,32
638	Outros gastos com o pessoal	17 243,62	11 099,83	(6 143,79)	10 000,00	1 099,83
64	Gastos de depreciação e de amortização	25 349,45	22 635,08	(2 714,37)	24 474,98	(1 839,90)
642	Ativos fixos tangíveis	25 349,45	22 360,10	(2 989,35)	24 200,00	(1 839,90)
6422	Edifícios e outras construções	15 940,54	15 207,63	(732,91)	15 800,00	(592,37)
6423	Equipamento básico	1 636,92	522,32	(1 114,60)	1 700,00	(1 177,68)
6424	Equipamento de transporte	7 770,92	5 895,92	(1 875,00)	6 000,00	(104,08)
6425	Equipamento administrativo	1,07	566,33	565,26	500,00	66,33
6427	Outros ativos fixos tangíveis	-	167,90	167,90	200,00	(32,10)
643	Ativos intangíveis	-	274,98	274,98	274,98	-
6433	Programas de computador	-	274,98	274,98	274,98	-
68	Outros gastos e perdas	6 586,58	27 873,20	21 286,62	3 000,00	24 873,20
681	Impostos	486,50	1 440,34	953,84	500,00	940,34
687	Gastos em investimentos não financeiros	-	24 000,00	24 000,00	-	24 000,00
688	Outros	6 100,08	2 432,86	(3 667,22)	2 500,00	(67,14)
69	Gastos e perdas de financiamento	1 467,28	809,05	(658,23)	1 000,00	(190,95)
691	Juros suportados	1 467,28	809,05	(658,23)	1 000,00	(190,95)

De seguida passamos a analisar as principais rubricas e respetivos desvios.

Relativamente à rubrica **“Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”** foi orçamentado o valor de 4.500,00€ e verificamos um resultado da execução de 4.625,89€, correspondendo a uma diminuição de 125,89€, que equivale a um desvio de 2,7%. O acréscimo deve-se essencialmente à não reposição de algumas matérias-primas, uma vez que estas são fornecidas pela entidade a quem demos a subcontratação da confeção das refeições.

Para a rubrica **“Fornecimento de serviços externos”** a Instituição orçamentou para 2019 o valor de 267.600,00€, e verificámos um resultado da execução de 278.591,00€. A execução orçamental mostra-nos que houve um aumento de 10.991,00€, correspondendo a 3,9%. Este aumento verificou-se essencialmente pelo aumento dos gastos nas rubricas de **“Trabalhos Especializados”**, que corresponde essencialmente a serviços de Informática e Contabilidade; na rubrica **“Conservação e reparação”**, que se refere a despesas com viaturas e edifícios; na rubrica de **“Eletricidade”**, **“Comunicações”**, na rubrica **“Limpeza, higiene e conforto”** e na rubrica **“Outros serviços”**. As restantes rubricas têm valores residuais não se justificando o seu desenvolvimento.

Na rubrica **“Gastos com pessoal”** a Instituição projetou para 2019 o valor de 673.920,00€, tendo registado uma execução orçamental nesta rubrica de 674.707,13€, ou seja, um aumento residual de 787,13€, que equivale a 0,1% do valor previamente orçamentado.

Na rubrica de **“Gastos/reversões de depreciação e de amortização”** a Instituição projetou para 2019 o valor de 24.474,98€, tendo registado uma execução orçamental de 22.635,08€, que equivale a uma redução de -1.839,90€, -8,1% do valor previamente orçamentado. A redução corresponde a equipamentos e viaturas que se encontram completamente amortizados, bem como a alienação de um imóvel.

Na rubrica de **“Outros gastos e perdas”** foi projetado o montante de 3.000,00€ para o pagamento de impostos e taxas. A execução orçamental foi de 27.873,20€, que equivale a um desvio de mais 24.873,20€, +89,2%. A explicação para este aumento deve-se à venda de um imóvel, tendo gerado uma menos-valia contabilística de 24.000,00€.

8.3.2. RENDIMENTOS

No que se refere a rendimentos foi orçamentado o montante de 975.100,00€, tendo o realizado sido de 985.663,31€, correspondendo a um aumento de 10.563,31€ que o previsto inicialmente, correspondendo a um desvio de 1,1%.

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas de rendimentos e os respetivos desvios entre os valores previstos e os valores realizados, bem como o comparativo entre o realizado de 2018 e 2019.

Conta SNC	Descrição	2018	2019	Variação 2019/2018	Orçamento	Desvio face ao orçamento
71	Vendas	-	-	-	-	-
72	Prestações de serviços	408 392,93	419 206,66	10 813,73	420 000,00	(793,34)
75	Subsídios, doações e legados à exploração	475 490,35	499 995,51	24 505,16	490 000,00	9 995,51
78	Outros rendimentos e ganhos	66 179,25	66 431,14	251,89	65 000,00	1 431,14
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	-	30,00	30,00	100,00	(70,00)
	Total	950 062,53	985 663,31	35 600,78	975 100,00	10 563,31

A decomposição da rubrica de “Rendimentos” entre os valores orçamentados e os valores realizados em 2019 apresenta o seguinte detalhe:

Conta SNC	Descrição	2018	2019	Variação 2019/2018	Orçamento	Desvio face ao orçamento
7	RENDIMENTOS	950 062,53	985 663,31	35 600,78	975 100,00	10 563,31
72	Prestações de serviços	408 392,93	419 206,66	10 813,73	420 000,00	(793,34)
721	Quotas dos utilizadores	382 920,25	391 090,85	8 170,60	390 000,00	1 090,85
722	Quotizações e jóias	8 462,00	8 486,00	24,00	9 000,00	(514,00)
723	Promoção para captação de recursos	124,00	819,59	695,59	1 000,00	(180,41)
725	Serviços secundários	16 886,68	18 810,22	1 923,54	20 000,00	(1 189,78)
75	Subsídios, doações e legados à exploração	475 490,35	499 995,51	24 505,16	490 000,00	9 995,51
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	456 077,29	467 789,21	11 711,92	470 000,00	(2 210,79)
752	Subsídios de outras entidades	9 017,13	23 251,71	14 234,58	15 000,00	8 251,71
753	Doações e heranças	10 395,93	8 954,59	(1 441,34)	5 000,00	3 954,59
78	Outros rendimentos e ganhos	66 179,25	66 431,14	251,89	65 000,00	1 431,14
781	Rendimentos suplementares	44 550,00	43 428,00	(1 122,00)	45 000,00	(1 572,00)
782	Descontos p.p. obtidos	-	521,65	521,65	-	521,65
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 200,00	3 100,00	(3 100,00)	4 000,00	(900,00)
788	Outros	15 429,25	19 381,49	3 952,24	16 000,00	3 381,49
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	-	30,00	30,00	100,00	(70,00)
791	Juros obtidos	-	30,00	30,00	100,00	(70,00)
7911	De depósitos	-	30,00	30,00	100,00	(70,00)

De seguida passamos a analisar as principais rubricas e respetivos desvios.

No que concerne à rubrica “Prestação de Serviços” foi orçamentado o valor de 420.000,00€ para o ano de 2019, tendo sido apurado o resultado de 419.206,66€, isto é, uma diminuição residual de menos 793,34€, -0,2% face ao valor estimado.

No que diz respeito à rubrica “Subsídios à exploração”, na relação da Instituição com o Estado, e outras entidades foi orçamentado o valor de 490.000,00€ e verificou-se o resultado de

499.995,51€, ou seja, um aumento de 9.995,51€, que equivale a uma percentagem de 0,2% fruto de acertos realizados pela Segurança Social nas diversas respostas sociais, pela DREL nas participações pela compensação do subsídio educadoras de infância e do Centro de Emprego, nos programas de emprego CEI e estágios e diversas doações em dinheiro e espécie.

Na rubrica “**Outros rendimentos e ganhos**”, foi orçamento o valor de 65.000,00€ e a execução de 2019 apresenta o valor de 66.431,14€, um valor ligeiramente superior ao orçamentado em - 1.431,14€, que equivale a um desvio de 2,2%. Esta rubrica refere-se essencialmente ao reembolso do subsídio de refeição dos colaboradores, cujo valor idêntico está registado na rubrica “**Gastos com o pessoal**”; com a rubrica “**Restituição de Impostos**” que compreende a consignação de 0,5% do IRS e restituição do IVA das refeições fornecidas aos Utentes.

8.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (PREVISIONAL/REALIZADO)

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas da demonstração de resultados comparativa entre os valores orçamentados e os valores realizados no exercício findo em 31/12/2019.

D.R. Comparativa Acumulado Orçamento do período findo em 2019				
RÚBRICAS	Orçamento	Realizado	Diferença	Diferença %
Vendas e serviços prestados	420 000,00	419 206,66	(793,34)	-0,2 %
Subsídios, doações e legados à exploração	490 000,00	499 995,51	9 995,51	2,0 %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4 500,00)	(4 625,89)	(125,89)	2,7 %
Fornecimentos e serviços externos	(267 600,00)	(278 591,00)	(10 991,00)	3,9 %
Gastos com o pessoal	(673 920,00)	(674 707,13)	(787,13)	0,1 %
Outros rendimentos e ganhos	65 000,00	66 461,14	1 461,14	2,2 %
Outros gastos e perdas	(3 000,00)	(28 435,22)	(25 435,22)	89,4 %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	25 980,00	(695,93)	(26 675,93)	3833,1 %
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(24 474,98)	(22 635,08)	1 839,90	-8,1 %
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	1 505,02	(23 331,01)	(24 836,03)	106,5 %
Juros e rendimentos similares obtidos	100,00	30,00	(70,00)	
Juros e gastos similares suportados	(1 000,00)	(277,03)	722,97	-261,0 %
Resultado antes de impostos (EBT)	605,02	(23 578,04)	(24 183,06)	102,6 %
Resultado líquido do período	605,02	(23 578,04)	(24 183,06)	102,6 %

8.5. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

O ano de 2019 encerrou com um resultado negativo de -23.578,04€. Importa esclarecer os principais factos que influenciaram este resultado negativo, e bem assim comentar sinteticamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, nos termos seguintes:

- O resultado negativo resultou essencialmente do gasto/rendimento das respostas de: **“CRECHE”** - apresentou um resultado negativo de -8.862,02€ (-39.376,11 em 2018);
- **“PRÉ-ESCOLAR”** – Apresentou um resultado positivo de 14.055,19€ (1.457,5€ em 2018);
- **“CENTRO DE DIA”** - Apresentou um resultado negativo de -38.833,98€ (-50.971,71€ em 2018);
- **“SAD”** – Apresentou um resultado positivo de 51.727,53€ (47.412,76€ em 2018);
- **“ATL”** e **“CENTRO DE ESTUDOS”** – Apresentaram no seu conjunto um resultado negativo de -41.664,76€ (-21.300,31€ em 2018).

A resposta social de **“CRECHE”**, e de **“PRÉ-ESCOLAR”** nomeadamente, a sala de berçário, tem um elevado gasto com pessoal versus receitas muito baixas pagas por parte dos Utentes, o que não permite obter receitas suficientes para a cobertura dos custos fixos de funcionamento.

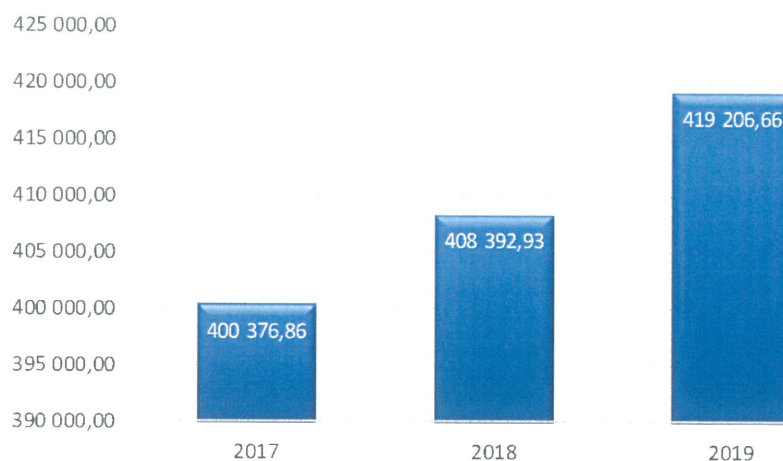
Na resposta social de **“CENTRO DE DIA”**, os Utentes têm baixos rendimentos, sendo que por outro lado, a comparticipação do ISS para esta resposta social é também muito baixa, não cobrindo os custos fixos que a Instituição suporta com esta resposta. Por outro lado, verificou-se durante o exercício um decréscimo do número de Utentes conforme já foi referido anteriormente.

“ATL” e **“CENTRO DE ESTUDOS”** não conseguiram atingir o número de Utentes planeados (60 e 45, respetivamente) de forma a poderem ser rentáveis. Prevíamos no ano de 2019 vir a ter nestas respostas um resultado positivo.

Estas respostas foram alvo de aprofundada análise por parte da Direção no sentido de as manter ou encerrar. Foi decido pela Direção dar continuidade no ano de 2020.

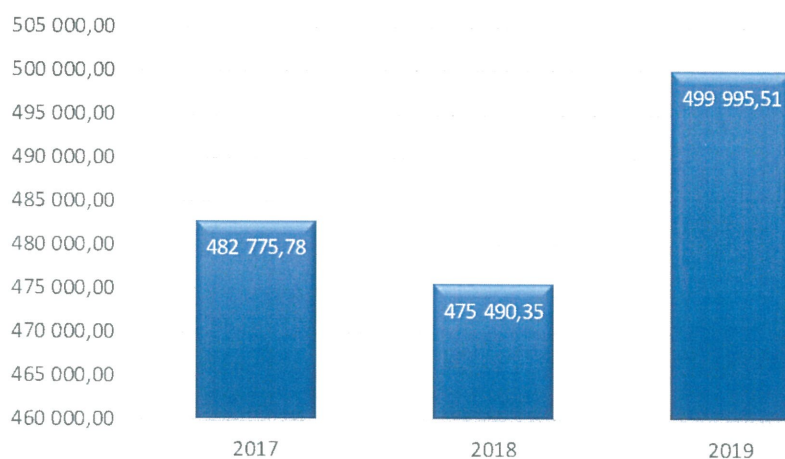
No período de 2019 registou-se um aumento da atividade direta desenvolvida pela instituição, tal como resulta do volume da Prestação de Serviços que atingiu um valor de 419.206,66€, representando uma variação positiva de 10.813,73€, 2,6% comparativamente com o ano anterior.

Evolução das Vendas/Prestação de Serviços

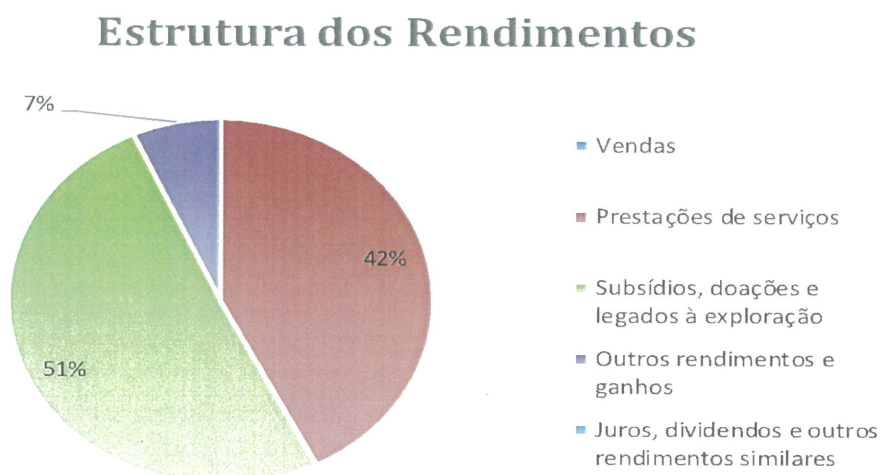


Ao nível de Subsídios recebidos do Estado e de outras entidades, registou-se um aumento do volume dos mesmos que atingiu um valor 499.995,51€, representando uma variação positiva de 24.505,16€, 5,2% comparativamente com ano anterior.

Evolução dos Subídios à Exploração



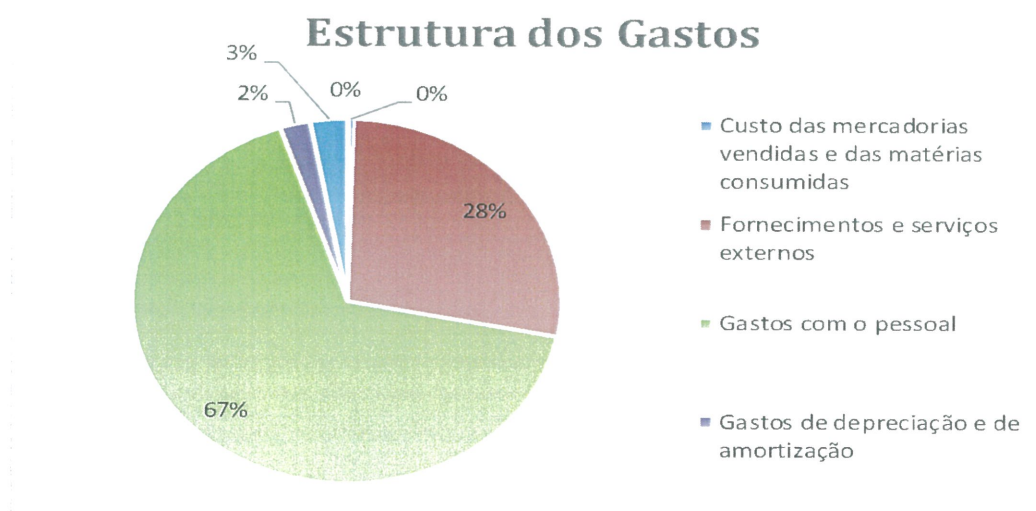
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Tal como resulta da leitura do gráfico acima, a atividade específica da instituição em que se situa na economia do Terceiro Sector, a componente de subsidiação adquire ainda um peso muito significativo na estrutura de rendimentos, correspondendo a 51% (50% em 2018) do total dos rendimentos.

Fruto de vários fatores, alguns dos quais já evidenciados neste relatório, a relação estrutural dos nossos rendimentos tem vindo a ser alterada, como é possível constatar pelo acréscimo das nossas receitas diretas. O trabalho de sustentabilidade da Instituição decorre do processo de diminuição dos gastos que, dentro do possível, temos vindo a empreender.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da Instituição:



Da estrutura de gastos conforme gráfico acima, ressalta que a rubrica de “Gastos com o pessoal” representam 67% (68% em 2018) do total dos gastos. Este rácio situa-se acima para o universo das instituições da economia social, cujo rácio médio se situa entre os 55 e 60%.

A Instituição deverá compensar no ano de 2020 e seguintes com medidas de apoio ao emprego, de modo a reduzir os gastos com o pessoal.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos, sendo que se verifica a manutenção do número médio de pessoas ao serviço que se justifica pelo aumento das atividades da Instituição.

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Gastos com Pessoal	674 707,13	689 696,26
Nº Médio de Pessoas	43	43
Gasto Médio por Pessoa	15 690,86	16 039,45

De acordo com o mapa acima verificou-se um decréscimo nos gastos com o pessoal mantendo-se o número médio de trabalhadores ao serviço. Este decréscimo deve-se ao facto de 8 trabalhadoras se encontrarem de baixa prolongada e terem sido substituídas por trabalhadoras com contratos a prazo, cujo vencimento é o valor de base do Contrato de Trabalho para o setor.

O decréscimo de gastos com o pessoal também não foi acentuado como previsto dado, entretanto o SMN ter aumentado e haver reclassificações em alguns profissionais.

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido e de EBITDA:



Como se pode verificar no gráfico acima a o Resultado Líquido tem vindo a diminuir, bem assim como o respetivo Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da instituição através da análise dos seguintes itens da estrutura do balanço:

Rubricas do Balanço	2019	2018	Evolução
Ativo não corrente	453 711,66	481 529,06	-27 817,40
Ativo Corrente	97 818,34	112 689,11	-14 870,77
Total Activo	551 530,00	594 218,17	-42 688,17
Total de Fundo Capital	455 555,23	484 690,20	-29 134,97
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00
Passivo Corrente	95 974,77	109 527,97	-13 553,20
Total Passivo	95 974,77	109 527,97	-13 553,20

Ressalta do mapa acima que o Ativo Total passou de 594.218,17€ em 2018 para 551.530,00€ em 2019, um decréscimo de 42.688,17€. Esta diminuição está essencialmente relacionada com a venda de um imóvel, com depreciação de amortização do ativo fixo tangível e de resultados transitados negativos acumulados.

O Passivo Total passou de 109.527,97€ em 2018 para 95.974,77€ em 2019, correspondendo um decréscimo de -13.553,20€. Este decréscimo refere-se essencialmente ao pagamento total de um financiamento bancário de tesouraria, de curto prazo e a um empréstimo em leasing referente à aquisição de uma viatura cujo contrato termina em agosto de 2020.

De seguida apresentam-se alguns rácios económico/financeiros, do qual destacamos os seguintes:

Rubricas	2019	2018	Evolução
Liquidez (> 1)	1,02	1,03	-0,01
Solvabilidade (> 1)	4,75	4,43	0,32
Autonomia Financeira (> 37,5%)	82,60%	81,57%	0,01
Endividamento (<1)	0,17	0,18	-0,01
Cash-Flow / Meios Libertos (+)	(942,96)	(37 428,42)	36 485,46

De destacar os Cash-Flow/Meios Libertos, que embora em 2019 ainda apresentem um valor negativo de -942,96€, reduziu em 36.485,46€ em relação a 2018. Quanto aos restantes rácios verifica-se um equilíbrio, destacando-se que se encontram todos dentro dos parâmetros exigíveis.

Em conclusão, os números acima evidenciam que o **Centro Social Paroquial de Pinhal Novo** possui uma situação patrimonial equilibrada e uma estrutura operacional capaz de no futuro gerar os rendimentos necessários para gerar resultados líquidos positivos e para amortizar os compromissos assumidos, garantindo a viabilidade económica e financeira da Instituição.

9. NOTA FINAL

A Direção expressa os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes, Fornecedores, aos Colaboradores externos que têm prestado a sua colaboração em diversas áreas, às entidades oficiais e autárquicas, particularmente Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, Centro de Emprego de Setúbal, Camara Municipal de Palmela, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Banco alimentar, porque a eles se deve muito do reconhecimento da valia das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa intervenção social.

Aos nossos Colaboradores internos deixamos uma mensagem de apreço pelo seu elevado profissionalismo e empenho, pois têm sido elementos fundamentais para o prestígio e sustentabilidade do **Centro Social Paroquial de Pinhal Novo.**, cujo lema é “**COMPETÊNCIA, SOLIDARIEDADE E PRESTÍGIO**”.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por

naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

A DIRECÇÃO



Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho



Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo



1ª Secretária – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida



2ª Secretária – Paula Passarinho dos Reis



Tesoureira – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaisler

BALANÇO INDIVIDUAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

ATIVO	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	448 765,20	477 258,09
Activos intangíveis	7	-	-
Investimentos financeiros	14.1	4 946,46	4 270,97
Subtotal		453 711,66	481 529,06
Activo corrente			
Créditos a receber	14.2	37 931,66	40 277,91
Estado e outros Entes Públicos	14.6	2 371,14	1 012,57
Diferimentos	14.3	9 874,47	10 490,29
Caixa e depósitos bancários	4	47 641,07	60 908,34
Subtotal		97 818,34	112 689,11
Total do activo		551 530,00	594 218,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	113 976,72	113 976,72
Reservas	14.4	311 506,93	311 506,93
Resultados transitados	14.4	(117 131,92)	(54 354,05)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	170 781,54	176 338,47
		479 133,27	547 468,07
Resultado Líquido do período	14.4	(23 578,04)	(62 777,87)
Total do fundo do capital		455 555,23	484 690,20
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	14.5	33 808,51	15 784,40
Estado e outros Entes Públicos	14.6	14 581,80	16 288,82
Financiamentos obtidos	14.7	3 723,67	33 153,27
Outros passivos correntes	14.8	43 860,79	44 301,48
Subtotal		95 974,77	109 527,97
Total do passivo		95 974,77	109 527,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		551 530,00	594 218,17

Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

O CONTABILISTA, CERTIFICADO

Claudia Sofia Farto Timóteo
CC N° 65250

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	419 206,66	408 392,93
Subsídios, doações e legados à exploração:	11	499 995,51	475 490,35
ISS, IP - Centros distritais		467 789,21	456 077,29
Outros		32 206,30	19 413,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(4 625,89)	(3 112,28)
Fornecimentos e serviços externos	14.9	(278 591,00)	(286 228,51)
Gastos com o pessoal	12	(674 707,13)	(689 696,26)
Outros rendimentos	14.10	66 461,14	66 246,25
Outros gastos	14.11	(28 435,22)	(7 053,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(695,93)	(35 961,14)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14.12	(22 635,08)	(25 349,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(23 331,01)	(61 310,59)
Juros e rendimentos similares obtidos	14.13	30,00	-
Juros e gastos similares suportados	14.13	(277,03)	(1 467,28)
Resultados antes de impostos (EBT)		(23 578,04)	(62 777,87)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(23 578,04)	(62 777,87)

Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

A DIREÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinheiro Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (RESPOSTAS SOCIAIS)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RUBRICAS		NOTAS	CRECHE		Pré-Escolar		SAD		CD		Outras		TOTAL	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
			2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vendas e serviços prestados		9	102 231,27	89 160,05	70 763,94	64 448,01	70 342,38	70 830,08	73 882,64	70 119,00	101 986,43	113 835,79	419 206,66	408 392,93
Subsídios, Doações e Legados à exploração		11	172 915,57	164 117,07	102 259,67	103 077,10	172 885,03	164 443,67	45 949,61	40 526,40	5 985,63	3 326,11	499 995,51	475 490,35
ISS: IP - Centros distritais			164 141,28	158 591,40	95 933,59	99 178,38	167 082,27	160 621,24	40 632,07	37 686,27	-	-	467 789,21	455 077,29
Outros			8 774,29	5 525,67	6 326,08	3 898,72	5 802,76	3 822,43	5 317,54	2 840,13	5 985,63	3 326,11	32 206,30	19 413,06
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		8	(1 065,58)	(804,11)	(741,91)	(570,89)	(751,16)	(451,48)	(1 029,30)	(730,45)	(1 037,94)	(555,35)	(4 625,89)	(3 112,28)
Fornecimentos e serviços externos		14.9	(66 043,81)	(87 947,68)	(47 119,32)	(60 657,13)	(49 243,24)	(36 036,49)	(59 289,15)	(62 210,97)	(56 895,48)	(39 376,24)	(278 591,00)	(286 228,51)
Gastos com pessoal		12	(221 586,63)	(213 101,75)	(110 597,62)	(107 877,36)	(147 405,50)	(162 432,90)	(100 418,33)	(103 809,22)	(94 699,05)	(102 455,03)	(674 707,13)	(689 696,26)
Outros rendimentos e ganhos		14.10	18 423,82	18 441,74	10 223,02	9 791,94	15 461,38	17 867,66	9 649,38	10 269,66	12 703,54	9 875,25	66 461,14	66 246,25
Outros gastos e perdas		14.11	(7 308,59)	(1 662,85)	(6 130,19)	(1 353,17)	(5 185,21)	(1 775,63)	(4 235,57)	(1 212,76)	(5 575,66)	(1 049,21)	(28 435,22)	(7 053,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			(2 433,95)	(31 797,53)	18 657,59	6 858,50	56 103,66	52 424,91	(35 490,72)	(47 048,34)	(37 532,53)	(16 398,68)	(695,93)	(35 961,14)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		14.12	(6 396,58)	(7 163,74)	(4 558,72)	(5 105,38)	(4 230,46)	(4 737,81)	(5 311,51)	(3 708,63)	(4 137,71)	(4 633,89)	(22 635,08)	(25 349,45)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			(8 830,53)	(38 961,27)	14 098,87	1 753,12	51 873,22	47 687,10	(38 802,23)	(50 756,97)	(41 670,24)	(21 032,57)	(23 331,01)	(61 310,59)
Juros e rendimentos similares obtidos		14.13	8,48	-	6,04	-	5,61	-	4,39	-	-	-	30,00	-
Juros e gastos similares suportados		14.13	(39,87)	(414,84)	(49,72)	(295,62)	(151,30)	(274,34)	(36,14)	(214,74)	5,48	(267,74)	(277,03)	(1 467,28)
Resultado antes de impostos			(8 862,02)	(39 376,11)	14 055,19	1 457,50	51 727,53	47 412,76	(38 833,98)	(50 971,71)	(41 664,76)	(21 300,31)	(23 578,04)	(62 777,87)
Imposto sobre rendimento do período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período			(8 862,02)	(39 376,11)	14 055,19	1 457,50	51 727,53	47 412,76	(38 833,98)	(50 971,71)	(41 664,76)	(21 300,31)	(23 578,04)	(62 777,87)

21 de setembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

DIREÇÃO
Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho
Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Alim Jiminy
Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo
Paula Passarinho Reis
1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida
2º Secretário – Paula Passarinho Reis
Maria Irene Ferreira Kaiseler
Tesoureiro – Maria Irene Ferreira Kaiseler

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2018

DESCRIÇÃO	Euros						
	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1 14.4	113 976,72	311 506,93	(9 461,64)	181 895,40	(44 892,41)	553 025,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14.4			(44 892,41)	(5 556,93)	44 892,41	(5 556,93)
	2	-	-	(44 892,41)	(5 556,93)	44 892,41	(5 556,93)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(62 777,87)	(62 777,87)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					(17 885,46)	(17 885,46)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+3+4	14.4	113 976,72	311 506,93	(54 354,05)	176 338,47	484 690,20



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2019

Euros									
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6 14,4	113 976,72	311 506,93	(54 354,05)	176 338,47	(62 777,87)	484 690,20	484 690,20	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(62 777,87)	(5 556,93)	62 777,87	(5 556,93)	(5 556,93)	
	7 14,4	-	-	(62 777,87)	(5 556,93)	62 777,87	(5 556,93)	(5 556,93)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(23 578,04)	(23 578,04)	(23 578,04)	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					39 199,83	39 199,83	39 199,83	
	10					-	-	-	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	113 976,72	311 506,93	(117 131,92)	170 781,54	(23 578,04)	455 555,23	455 555,23	

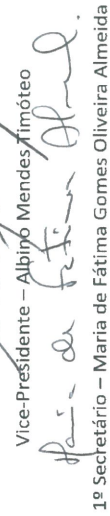
Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis


Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		417 955,55	414 691,06
Pagamento a fornecedores		263 219,64	273 325,71
Pagamentos ao pessoal		676 420,27	700 093,43
Caixa gerada pelas operações		(521 684,36)	(558 728,08)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12 183,02)	(9 776,41)
Outros recebimentos/pagamentos		539 623,18	522 135,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		30 121,84	(26 815,84)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	6	67 867,21	5 476,50
Investimentos financeiros	14.1	675,49	381,36
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	6	51 000,00	-
Juros e rendimentos similares	14.13	30,00	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(17 512,70)	(5 857,86)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		4 362,24	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		29 429,60	10 506,51
Juros e gastos similares		809,05	1 467,81
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(25 876,41)	(11 974,32)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(13 267,27)	(44 648,02)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	60 908,34	105 556,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	47 641,07	60 908,34

Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vicé-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho dos Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN)**, NIPC 502073748, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e foi constituído em 09 de janeiro de 1987 por iniciativa da Fábrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Setúbal.

O CSPPN tem a sua sede social em Pinhal Novo, Largo José Maria dos Santos, N.º 25-A, tendo como estabelecimentos o Centro de Dia que funciona no N.º 25 e a Creche e Pré-Escolar no N.º 14 do Largo José Maria dos Santos, Pinhal Novo, e o CATL e CAE que funcionam na Rua Infante D. Henrique, N.º 67, Loja A, em Pinhal Novo..

Os fins e objetivos concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Creche Familiar e Pré-Escolar, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à Juventude, facultando-lhes Cursos de Formação Profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- d) Apoio à família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária, nomeadamente dos imigrantes;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- j) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- k) Resolução dos problemas habitacionais das populações;

I) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

As atividades do CSPPN são constituídas atualmente pelas respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, CATL e Centro de Apoio ao Estudo na área da infância, Centro de Dia e Apoio Domiciliário na área de Idosos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

→ **PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE:**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

→ **REGIME DA PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA (ACRÉSCIMO):**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “**Devedores por acréscimos de rendimento**”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “**Credores por acréscimos de gastos**”.

→ **MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

→ **COMPENSAÇÃO:**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

→ **COMPARABILIDADE:**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

MOEDA DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de **“Juros e rendimentos similares obtidos”** se favoráveis ou **“Juros e gastos similares suportados”** se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em **“Outros rendimentos e ganhos”** se favoráveis e **“Outros gastos ou perdas”** se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de **“ativos fixos tangíveis”** e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item **“Outros rendimentos e ganhos”** ou **“Outros gastos e perdas”**, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir 01/01/2016.

ATIVOS INTANGÍVEIS:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:

As provisões na data do balanço, foram objeto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustados e estimados outros valores.

IMPARIDADE DE ATIVOS:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do CSPPN com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES:

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estas inerentes.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Neste capítulo é adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

INVENTÁRIOS:

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários

RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto **12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo**, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*

- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A Instituição não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços se encontra isenta.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

CLIENTES/UTENTES E OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER:

As dívidas dos Clientes/Utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «**Outros terceiros**» encontram-se mensuradas ao custo.

As contas de “**Clientes**”, “**Clientes/Utentes**” ou de “**Outras dívidas a receber**” são registadas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “**Perdas por imparidade acumuladas**” por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS:

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “**Financiamentos obtidos**”, expresso no “**passivo corrente**”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

PROVISÕES:

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Instituição. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR:

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO:

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de “**Outras variações nos capitais próprios**”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das atividades subsidiadas.

FUNDOS PATRIMONIAIS:

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos por terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

PERIODIZAÇÕES:

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS:

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do CSPPN.

3.3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

	2019	2018
Caixa	11,10	672,34
Depósitos à ordem	7 629,97	236,00
Depósitos a prazo	40 000,00	60 000,00
Total	47 641,07	60 908,34

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, reconciliação da quantia escriturada em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresenta a seguinte decomposição:

							2019
RÚBRICAS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Activo bruto:							
Saldo Inicial	6 000,00	701 076,70	40 363,04	132 084,31	178 357,29	6 003,01	1 063 884,35
Aquisições	15 000,00	51 798,21	370,00	-	1 699,00	-	68 867,21
Abates e Alienações	-	(107 172,45)	-	-	-	-	(107 172,45)
Transferências/Correcções	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (1)	21 000,00	645 702,46	40 733,04	132 084,31	180 056,29	6 003,01	1 025 579,11
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade:							
Saldo Inicial	-	250 591,17	39 080,78	114 396,53	176 716,33	5 841,45	586 626,26
Depreciações do Exercício	-	15 207,63	522,32	5 895,92	566,33	167,90	22 360,10
Abates e Alienações	-	(32 172,45)	-	-	-	-	(32 172,45)
Transferências/Correcções	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (2)	-	233 626,35	39 603,10	120 292,45	177 282,66	6 009,35	576 813,91
Activo Líquido = (1) - (2)	21 000,00	412 076,11	1 129,94	11 791,86	2 773,63	(6,34)	448 765,20

							2018
RÚBRICAS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Activo bruto:							
Saldo Inicial	6 000,00	701 076,70	39 686,54	132 084,31	178 357,29	6 003,01	1 063 207,85
Aquisições	-	-	676,50	-	-	-	676,50
Saldo Final (1)	6 000,00	701 076,70	40 363,04	132 084,31	178 357,29	6 003,01	1 063 884,35
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade:							
Saldo Inicial	-	234 650,63	37 443,86	106 625,61	176 715,26	5 841,45	561 276,81
Depreciações do Exercício	-	15 940,54	1 636,92	7 770,92	1,07	-	25 349,45
Saldo Final (2)	-	250 591,17	39 080,78	114 396,53	176 716,33	5 841,45	586 626,26
Activo Líquido = (1) - (2)	6 000,00	450 485,53	1 282,26	17 687,78	1 640,96	161,56	477 258,09

No período findo em 31/12/2019 a Instituição procedeu à venda pelo valor de 51.000€ de um Imóvel (Loja) localizada na Rua Bartolomeu Dias, Lote 29, em Pinhal Novo, adquirido em 01/04/2003 por 107.172,45€. A amortização acumulada totalizou o montante de 32.172,45€, gerando uma menos-valia contabilística de 24.000€.

No mesmo período adquiriu um imóvel (Loja), situado na Rua Infante D. Henrique, Nº 67, Loja A, em Pinhal Novo, destinado à resposta social de CATL e Apoio ao Estudo, pelo montante de 60.000€, a qual sofreu obras de adaptação no montante de 6.798,21€.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as amortizações e das perdas por imparidade acumuladas, reconciliação da quantia escriturada em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresenta a seguinte decomposição:

2019		
RÚBRICAS	Programas de Computador	Total
Activo bruto:		
Saldo Inicial	274,98	274,98
Saldo Final (1)	274,98	274,98
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade:		
Saldo Inicial	-	-
Amortizações do Exercício	274,98	274,98
Saldo Final (2)	274,98	274,98
Activo Líquido = (1) - (2)	-	-

2018		
RÚBRICAS	Programas de Computador	Total
Activo bruto:		
Saldo Inicial	274,98	274,98
Saldo Final (1)	274,98	274,98
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade:		
Saldo Inicial	-	-
Saldo Final (2)	-	-
Activo Líquido = (1) - (2)	274,98	274,98

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	3 112,28	-	4 625,89	-
Total	-	3 112,28	-	4 625,89	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			3 112,28		4 625,89

9. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores:	391 090,85	382 920,25
Creche	98 581,38	85 569,76
Pré-Escolar	67 891,28	61 955,35
Centro de Dia	63 577,95	61 148,91
Apoio Domiciliário	61 870,91	68 171,34
Centro de Apoio ao Estudo	21 206,66	26 795,74
CATL	77 962,67	79 279,15
Quotas e Jóias	8 486,00	8 462,00
Promoções para captação de recursos	819,59	124,00
Outros serviços secundários	18 810,22	16 886,68
Total	419 206,66	408 392,93

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição não tem processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

A Instituição não tem processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos:		
Instituto da Segurança Social:		
Infância e Juventude:		
Creche	164 141,28	158 591,40
Pré-Escolar	95 933,59	99 178,38
Terceira Idade:		
Centro de Dia	40 632,07	37 686,27
Apoio Domiciliário	167 082,27	160 621,24
	467 789,21	456 077,29
Subsídios de outras entidades:		
IEFP:		
Programas de Emprego	22 476,51	7 941,93
Autarquias Locais:		
Camãra Municipal de Palmela	775,20	1 075,20
Outras entidades:		
	23 251,71	9 017,13
Doações e heranças:		
Donativos diversos	8 954,59	10 395,93
	8 954,59	10 395,93
Total	499 995,51	475 490,35

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente de 5.

Os órgãos diretivos da Instituição são todos voluntários e não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de **43** e em 2018 foi de **43**.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	548 689,02	550 664,44
Indemnizações	736,05	4 649,76
Encargos sobre as Remunerações	110 432,91	112 860,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 749,32	4 278,11
Outros Gastos com o Pessoal	11 099,83	17 243,62
Total	674 707,13	689 696,26

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta em 31 de dezembro de 2019 dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social em 31 de dezembro de 2019 se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Com o objetivo de assegurar o direito aos trabalhadores do recebimento efetivo da compensação devida por cessação do contrato, o Governo publicou a Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto, onde foram estabelecidos regimes jurídicos para o Fundo de Compensação do Trabalho

(FCT) e para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), a vigorar a partir de 1 de Outubro de 2013, aplicando-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após 30 de Setembro de 2013. Passa a ser obrigatória a entrega mensal de 0,925% a descontar para o FCT e de 0,075% a descontar cumulativamente para o FGCT, dos valores que incidem sobre a retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador.

Os montantes mensais para o FCT foram reconhecidos como um ativo financeiro da Instituição, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo poderá ser um referencial prático para o efeito. Os montantes mensais para o FGCT foram reconhecidos como gastos com o pessoal, na rubrica “Encargos sobre remunerações”.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição detinha os seguintes

“Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019			2018		
	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
Outros investimentos financeiros:						
F.C.T.	4 270,97	675,49	4 946,46	3 889,68	381,29	4 270,97
	4 270,97	675,49	4 946,46	3 889,68	381,29	4 270,97
Total	4 270,97	675,49	4 946,46	3 889,68	381,29	4 270,97

14.2. CLIENTES/UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Para os períodos de 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “*Clientes/Utentes e outras contas a receber*” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes Utentes C/C	7 382,57	6 131,46
Fornecedores C/C	-	230,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	9 600,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	30 549,09	24 316,45
Total	37 931,66	40 277,91

14.3. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer:		
Seguros	5 420,94	4 093,56
Conservação e reparação	3 067,53	6 396,73
Medicina no trabalho	1 124,34	-
Outros gastos	261,66	-
Total	9 874,47	10 490,29

14.4. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica dos «*Fundos patrimoniais*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos:	113 976,72	-	-	113 976,72
Fundo social	113 976,72	-	-	113 976,72
Reservas:	311 506,93	-	-	311 506,93
Reservas estatutárias	311 506,93	-	-	311 506,93
Resultados transitados:	(54 354,05)	(62 777,87)	-	(117 131,92)
Outras variações nos fundos patrimoniais:	176 338,47	-	5 556,93	170 781,54
Subsídios:	168 375,08	-	5 556,93	162 818,15
PIDDAC	110 311,56	-	3 640,64	106 670,92
Fundo Socorro Social	50 101,27	-	1 661,90	48 439,37
Outros	7 962,25	-	254,39	7 707,86
Doações:	7 963,39	-	-	7 963,39
Resultado líquido do período:	(62 777,87)	(23 578,04)	62 777,87	(23 578,04)
Total	484 690,20	(86 355,91)	68 334,80	455 555,23

O aumento na rubrica de “*Resultados Transitados*” refere-se à transferência do valor referente ao resultado líquido do período de 2018.

14.5. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “*Fornecedores*”, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	33 808,51	15 784,40
Total	33 808,51	15 784,40

14.6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «*Estado e outros entes públicos*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 371,14	1 012,57
Total	2 371,14	1 012,57
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 497,76	3 532,21
Segurança Social	12 067,06	12 745,75
Outros Impostos e Taxas	16,98	10,86
Total	14 581,80	16 288,82

14.7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «*Financiamentos obtidos*» por via de empréstimos bancários e locações financeiras, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Passivo n/corrente:		
Caixa Geral de Depósitos (Locação financeira)	3 723,67	-
Sub-total	3 723,67	-
Passivo corrente:		
Caixa Geral de Depósitos (Descoberto bancário)	-	4 370,55
Caixa Geral de Depósitos (Livrança)	-	20 000,00
Caixa Geral de Depósitos (Locação financeira)	-	8 782,72
Sub-total	-	33 153,27
Total	3 723,67	33 153,27

14.8. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «*Outros passivos correntes*», apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	43 477,10	44 113,61
Outros credores	383,69	187,87
Total	43 860,79	44 301,48

A Rubrica de «*Remunerações a pagar*» refere-se a provisão com férias, subsídio de férias e encargos sociais, vencidas em 2019, mas que serão pagas em 2020.

14.9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de *"Fornecimentos e serviços externos"* apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	106 037,14	115 109,37
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	9 256,13	11 282,67
Publicidade e Propaganda	-	184,86
Vigilância e segurança	2 092,47	2 226,44
Honorários	8 706,30	4 712,95
Comissões	-	24,50
Conservação e Reparação	25 021,37	27 059,30
	45 474,71	45 490,72
Materiais:		
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	854,96	375,39
Livros e documentação técnica	5,00	-
Material de escritório	1 681,47	1 033,06
Artigos para oferta	-	158,82
Outros materiais	2 268,54	1 406,73
	4 809,97	2 974,00
Energia e fluidos:		
Electricidade	25 450,52	28 703,09
Combustíveis	12 563,31	13 522,29
Água	4 975,16	4 606,59
Outros	1,19	18,35
	42 990,18	46 850,32
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	202,81	510,00
Transportes de pessoal	575,30	127,90
	778,11	637,90
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	6 839,92	4 939,92
Comunicação	8 518,50	8 145,32
Seguros	5 325,11	8 998,48
Contencioso e notariado	834,48	123,00
Limpeza higiene e conforto	28 200,83	29 029,41
Outros Serviços	28 782,05	23 930,07
	78 500,89	75 166,20
Total	278 591,00	286 228,51

14.10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de **“Outros rendimentos e ganhos”**, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2019
Rendimentos Suplementares	43 428,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	521,65
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 100,00
Outros rendimentos e ganhos:	
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 200,00
Imputação de subsídios para investimento	5 556,93
Restituição de impostos	12 183,02
Donativos	-
Juros obtidos de depósitos	30,00
Outros rendimentos e ganhos	441,54
Total	66 461,14

A rubrica **“Rendimentos suplementares”** refere-se a subsídio de alimentação deduzido aos trabalhadores, cuja compensação se encontra como gasto na rubrica **“Gastos com o pessoal”**, de igual montante.

14.11. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de **“Outros gastos e perdas”**, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Impostos diretos	487,05	486,50
Taxas	953,29	467,04
Alienações	24 000,00	-
Correcções relativas a períodos anteriores	1 807,13	3 184,09
Donativos	336,73	400,00
Quotizações	287,00	287,00
Outros Gastos e Perdas	2,00	2 228,46
Juros de mora e compensatórios	1,25	-
Outros juros	560,77	0,53
Total	28 435,22	7 053,62

A rubrica alienações refere-se a menos-valia contabilística relacionada com a venda de imóvel. Ver **nota 6**).

14.12. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «*Gastos de depreciação e de amortização*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	15 207,63	15 940,54
Equipamento básico	522,32	1 636,92
Equipamento de transporte	5 895,92	7 770,92
Equipamento administrativo	566,33	1,07
Outros activos fixos tangíveis	167,90	-
Sub-Total	22 360,10	25 349,45
Ativos intangíveis:		
Programas de Computador	274,98	-
Sub-Total	274,98	-
Total das depreciações e amortizações	22 635,08	25 349,45

14.13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	277,03	1 467,28
Total	277,03	1 467,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	30,00	-
Total	30,00	-
Resultados financeiros	(247,03)	(1 467,28)

14.14. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Após a data do Balanço, não temos conhecimento de tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.

14.15. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 25 de setembro de 2020.

Pinhal Novo, 21 de setembro de 2020

A CONTABILISTA CERTIFICADA



Cláudia Sofia Farto Timóteo

(CC Nº 65250)

A DIRECÇÃO



Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho



Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo



1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida



2º Secretário – Paula Passarinho Reis



Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler